

Os impactos sociais da realocação de comunidades em áreas de risco

Fabiani Warol Daudt

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ, Brasil

Evellyn da Silva Rodrigues

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ, Brasil

Geronimo Leitão

Professor Doutor do Curso de Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ, Brasil

Ricardo do Vale Lourenço

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ, Brasil

RESUMO

O enfrentamento de diversos e complexos desafios oriundos do processo de realocação de comunidades em áreas de risco inclui a ruptura das redes de apoio comunitário, impactos na saúde mental e dificuldades de adaptação cultural. Esses três aspectos foram conceituados seguidos da finalidade da realocação como sendo uma medida crucial para garantir a segurança e o bem-estar das populações expostas a desastres. Nesse viés, os casos como as enchentes no Acre e o furacão Katrina nos Estados Unidos, foram analisados sob a ótica da aquisição de aprendizado para a prática de ações futuras mais eficazes. Este estudo ainda traçou o paralelo do desenvolvimento de políticas públicas de longo prazo que considerem as necessidades das populações afetadas e garantam infraestrutura adequada, suporte psicológico e oportunidades de integração comunitária. Ficou evidenciado que a realocação requer uma abordagem multidisciplinar, participativa e holística, a fim de ser bem-sucedida protegendo vidas e promovendo o bem-estar e a resiliência das comunidades realocadas.

Palavras-chave: Realocação, Redes de apoio, Saúde mental, Adaptação cultural.

1 INTRODUÇÃO

A realocação de comunidades em áreas de risco é uma medida frequentemente adotada para garantir a segurança e o bem-estar das populações expostas a desastres tais como: enchentes, deslizamentos e terremotos. Essas situações de risco iminente colocam em perigo a vida e os bens das pessoas, justificando a necessidade de ações rápidas e decisivas por parte das autoridades governamentais e organizações de ajuda humanitária. No entanto, a realocação dessas comunidades, embora necessária, envolve uma série de desafios técnicos, logísticos, sociais e econômicos. A complexidade do processo requer uma abordagem multidisciplinar que considere não apenas a segurança física das populações, mas também os impactos sociais, culturais e psicológicos que a mudança acarreta.



O crescimento urbano desordenado, frequentemente em áreas vulneráveis, intensifica estes desafios, especialmente para populações de baixa renda. Considerar a vulnerabilidade social das populações afetadas é fundamental para a implantação e implementação de políticas eficazes de realocação. Estudos de caso ao redor do mundo mostram que intervenções bem planejadas podem reduzir significativamente a vulnerabilidade dessas populações, proporcionando-as habitações seguras e melhor acesso a serviços básicos.

No entanto, a medida pode causar uma série de impactos sociais adversos se não for conduzida de maneira adequada. Neste estudo foram destacados três aspectos cruciais que devem ser cuidadosamente considerados e gerenciados em um processo de realocação populacional: as alterações na estrutura social e nas redes de apoio comunitário, os efeitos na saúde mental e no bem-estar das famílias e os desafios de adaptação cultural e integração em novas comunidades.

Estes aspectos como sendo críticos em face dos impactos sociais de uma transferência populacional, fornecem uma análise multidisciplinar dos desafios e oportunidades associadas à realocação, propondo abordagens práticas para mitigar os impactos adversos e promover uma transição bem-sucedida para as famílias afetadas.

Ao integrar teorias de capital social, desenvolvimento humano e adaptação cultural, este estudo visa contribuir para um entendimento mais completo e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e humanizadas no manejo de comunidades em áreas de risco, garantindo que as políticas de realocação protejam vidas e promovam o bem-estar e a integração social das populações deslocadas.

Foram comparados os casos das realocações no Brasil, no estado do Acre, após as enchentes de 2015 e nos Estados Unidos após o furacão Katrina, em 2005. Ambas as situações envolvem desastres que resultaram em grandes deslocamentos populacionais e subsequentes desafios de realocação.

2 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA SOCIAL E NAS REDES DE APOIO COMUNITÁRIO

A estrutura social de uma comunidade inclui relações familiares, amizades, redes de apoio e interações sociais cotidianas. A realocação pode desestabilizar essas estruturas, provocando uma ruptura significativa nas redes de apoio comunitário.

As redes de apoio comunitário, que muitas vezes envolvem vizinhos, amigos e parentes próximos, são fundamentais para a resiliência das famílias em situações de adversidade. A realocação frequentemente dispersa essas redes, deixando as famílias sem o suporte social ao qual estavam acostumadas. Estudos mostram que a ausência de redes de apoio pode levar ao aumento do isolamento social e reduzir a capacidade das famílias de lidar com os desafios diários e emergenciais.

Bourdieu (1986) discute a importância do capital social, que é a rede de relacionamentos que proporciona recursos e suporte às pessoas. A dispersão dessas redes pode significar uma perda significativa



de capital social, impactando negativamente a capacidade de recuperação e adaptação das famílias realocadas.

2.1 RECONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

A reconfiguração da estrutura social implica a necessidade de construir novas relações e redes de apoio. Esse processo pode ser desafiador e demorado, especialmente, em comunidades onde a coesão social era forte antes da realocação. A criação de novos vínculos depende de diversos fatores, incluindo a receptividade da comunidade de destino e as oportunidades de interação social oferecidas.

Putnam (2000) discute o declínio do capital social na sociedade contemporânea e a importância das conexões sociais para o bem-estar individual e comunitário. A realocação pode exacerbar esse declínio, dificultando a formação de novas redes de apoio e a integração social.

2.2 EFEITOS NA SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR DAS FAMÍLIAS

“Os desastres são desafios; exigem repensar o modo como o ambiente irrompe no psiquismo humano, devendo ser analisados em termos das reações das pessoas que sofreram danos e do seu impacto psicológico.” (THOMÉ, 2004). Os desastres são ocorrências que atingem uma determinada população a qual passa a vivenciar uma situação repentina, desorganizada ou disruptiva que, de forma violenta e traumatizante, causa uma desestrutura no cotidiano das pessoas. Durante esse tipo de evento a necessidade de atenção à saúde mental aumenta, uma vez que essas situações especificamente complexas exigem respostas humanas organizadas.

Os desdobramentos do desastre, como por exemplo, a mudança abrupta para novos ambientes pode causar ainda mais estresse, ansiedade e outros problemas de saúde mental, uma vez que há uma deteriorização do bem-estar psicológico e emocional das famílias, causado pela interrupção da rotina.

De acordo com Marmot (2005), o estresse crônico resultante de incertezas e perda de controle pode ter efeitos adversos na saúde mental. A realocação, ao remover famílias de seus ambientes familiares e suporte social, aumenta o risco de problemas psicológicos.

As crianças são particularmente vulneráveis aos efeitos psicológicos da realocação. A mudança de ambiente pode afetar negativamente o desempenho escolar, as relações sociais e o desenvolvimento emocional das crianças. A interrupção da rotina e a necessidade de adaptação a novas escolas e comunidades podem causar estresse adicional. Pesquisas de Evans (2006) sobre os impactos ambientais e sociais no desenvolvimento infantil indicam que a instabilidade residencial e a perda de redes de apoio podem prejudicar o bem-estar psicológico e o desempenho acadêmico das crianças.

A disponibilidade de serviços de saúde mental nas áreas de realocação é fundamental para mitigar os efeitos negativos na saúde mental das famílias. Programas de apoio psicológico e intervenções



comunitárias podem ajudar a promover o bem-estar e a resiliência das famílias realocadas. Bronfenbrenner (1979), com sua Teoria dos Sistemas Ecológicos, destaca a importância de um ambiente de suporte para o desenvolvimento humano. A provisão de serviços de saúde mental e apoio social podem criar um ambiente mais favorável para as famílias realocadas, ajudando as mesmas a se adaptarem e prosperarem.

2.3 ADAPTAÇÃO CULTURAL E INTEGRAÇÃO EM NOVAS COMUNIDADES

A adaptação cultural e a integração em novas comunidades são desafios significativos para as famílias realocadas. A realocação para áreas com culturas diferentes pode exigir que as famílias se ajustem a novos modos de vida, costumes e tradições. Essa adaptação cultural pode ser particularmente difícil para famílias que mantinham uma identidade cultural forte na comunidade de origem. O ITS Brasil (2004) salienta que políticas habitacionais devem considerar a identidade cultural e as necessidades específicas das populações para facilitar a adaptação e promover a coesão social. A integração em novas comunidades requer não apenas a provisão de habitação adequada, mas também a criação de oportunidades para participação social e construção de novas redes de apoio.

Hofstede (1980) discute as diferenças culturais e como elas podem impactar a integração e a adaptação das pessoas em novos ambientes. A compreensão e a aceitação das diferenças culturais são essenciais para facilitar a integração das famílias realocadas.

A integração em novas comunidades depende de fatores como a receptividade dos residentes locais, as políticas de inclusão social e as oportunidades de participação comunitária. A ausência de iniciativas que promovam a integração pode levar ao isolamento e à exclusão social das famílias realocadas. Putnam (2007) discorre que a diversidade pode, inicialmente, levar ao isolamento social, mas ao longo prazo, comunidades inclusivas que promovem a interação entre diferentes grupos culturais podem desenvolver maior coesão social e confiança.

A construção de uma nova identidade comunitária é um processo que pode levar anos. As famílias precisam desenvolver um senso de pertencimento e estabelecer novas raízes nas áreas de realocação. Atividades comunitárias, eventos sociais e programas de integração podem facilitar esse processo, promovendo a coesão social e o sentimento de comunidade.

Giddens (1991) argumenta que a modernidade e as mudanças rápidas podem desestabilizar as identidades pessoais e coletivas. A realocação representa uma ruptura que desafia as identidades estabelecidas, exigindo um esforço consciente para construir novas formas de pertencimento e coesão social.



3 ESTUDOS DE CASO E ANÁLISES COMPARATIVAS

Para ilustrar os pontos discutidos é útil examinar estudos de caso e análises comparativas de diferentes experiências de realocação no Brasil e no mundo. Para esse propósito, serão comparados os casos das realocações no estado do Acre, no Brasil, após as enchentes de 2015 e nos Estados Unidos, após o furacão Katrina, em 2005. Os dois eventos envolveram catástrofes que causaram expressivos deslocamentos populacionais, seguidos por desafios de realocação.

A menção a Nova Orleans, no contexto das discussões sobre realocações forçadas e seus impactos, geralmente está relacionada ao Furacão Katrina. Esse desastre causou destruição em larga escala e resultou em uma das maiores operações de realocação e reconstrução na história dos Estados Unidos. Os efeitos desse evento são estudados em termos de impacto socioeconômico, perda de comunidade e políticas de realocação e reconstrução urbanas subsequentes. A experiência de Nova Orleans exemplifica como um desastre pode deslocar comunidades inteiras e as complexidades na recuperação urbana, oferecendo lições valiosas para examinar situações semelhantes globalmente, incluindo as realocações em áreas de risco no Brasil, permitindo comparações e aprendizados em contextos internacionais.

No que concerne a citação da enchente que atingiu o Acre, esta ilustra desafios específicos de uma região sujeita a inundações sazonais, com infraestrutura limitada e vulnerabilidades socioeconômicas. Essas inundações podem tornar comunidades inteiras vulneráveis e periodicamente forçar a realocação de moradores para áreas mais seguras. As operações de emergência e realocação no Acre são dificultadas por seu acesso restrito e pela necessidade de políticas que minimizem impactos ambientais e conflitos sobre o uso da terra. A análise da enchente de 2015 que acometeu a região oferece insights para adaptar políticas e práticas para condições extremas e desafios socioeconômicos semelhantes, informando estratégias de gestão de risco, planejamento urbano, desenvolvimento de infraestrutura resiliente e políticas habitacionais que considerem as necessidades das populações vulneráveis.

Traçar um comparativo entre esses casos possibilita uma análise detalhada das dificuldades enfrentadas e das estratégias adotadas para mitigar os impactos sociais e econômicos das realocações em grande escala, destacando as lições aprendidas e as melhores práticas para ulteriores intervenções mais eficazes.

3.1 REALOCAÇÃO APÓS A ENCHENTE NO ACRE

Em 2015, o estado do Acre enfrentou uma das piores enchentes de sua história, com o rio Acre transbordando devido às chuvas intensas. Esse desastre afetou significativamente a capital Rio Branco, bem como outras cidades importantes, incluindo Brasileia e Xapuri. (BUFFON et al., 2015).



A calamidade resultou em um grande número de desabrigados, que precisaram ser temporariamente acolhidos em abrigos improvisados, destacando a vulnerabilidade das populações que habitavam áreas propensas a inundações sem infraestrutura adequada.

Em resposta a essa catástrofe, o governo estadual do Acre, com o apoio do governo federal e de várias organizações humanitárias, ampliou o programa "Cidade do Povo" com o objetivo de continuar movendo as famílias das áreas de risco para locais mais seguros. Esse projeto visava a construção de um novo bairro planejado para acomodar as famílias localizadas em áreas de risco, buscando não apenas proporcionar habitações seguras, mas também criar um ambiente com infraestrutura adequada e serviços essenciais para melhorar a qualidade de vida das famílias realocadas. (ACRE, 2012).

Ainda de acordo com o projeto, na primeira etapa do programa, houve a identificação das áreas de maiores riscos e vulnerabilidades a fim de determinar quais comunidades deveriam ser realocadas prioritariamente. Em seguida, foram selecionados terrenos seguros para a construção das novas unidades habitacionais. Esses terrenos foram escolhidos com base em avaliações geológicas e de risco, para garantir que as novas moradias estivessem em locais protegidos de futuras inundações. A construção das habitações foi acompanhada pela provisão de infraestrutura básica, incluindo saneamento, eletricidade, água potável, transporte público, escolas e unidades de saúde.

Entretanto, a infraestrutura e os serviços nas novas áreas de habitação não estavam completamente desenvolvidos quando as famílias começaram a ser transferidas, resultando em dificuldades significativas para os realocados. Muitas famílias enfrentaram problemas devido à falta de acesso adequado a transporte, escolas, segurança, unidades de saúde e oportunidades de emprego exacerbando a sensação de isolamento e dificultando a adaptação ao novo ambiente.

Rodrigues e Melo (2015) noticiaram ao site do G1 Acre Rede Amazônica, que além dos desafios estruturais, a adaptação social e cultural das famílias realocadas também foi problemática. Muitas dessas famílias estavam acostumadas ao estilo de vida nas áreas inundadas e enfrentaram dificuldades para se ajustar ao novo contexto urbano. A desconexão das redes de apoio comunitário, como parentes, amigos e vizinhos, aumentou o sentimento de vulnerabilidade e isolamento social. A falta de serviços de apoio psicológico agravou ainda mais esses problemas, tornando a transição mais difícil para muitas famílias.

Para mitigar esses desafios o governo do Acre alegou medidas gradativas na saúde, transporte e segurança pública complementando a infraestrutura básica nas novas áreas de habitação, garantindo que as famílias tivessem acesso aos serviços essenciais. Programas de geração de emprego foram desenvolvidos para promover a integração econômica das famílias, incluindo iniciativas de capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo local.

Os resultados do programa "Cidade do Povo" mostraram que, embora a segurança física das famílias realocadas tenha sido garantida, a falta de um planejamento urbano e social mais robusto comprometeu a



eficácia das iniciativas de realocação, enfatizando a complexidade e os desafios inerentes ao processo de mover populações inteiras para áreas mais seguras. As principais lições aprendidas incluem, além da necessidade de proteger vidas, a importância de uma abordagem holística e participativa, que envolva as comunidades afetadas no processo de decisão, garantindo que suas necessidades e preocupações sejam atendidas. A integração de planejamento urbano, social e econômico é crucial para o sucesso das iniciativas de realocação, assim como a provisão contínua de suporte social, psicológico e econômico.

3.2 REALOCAÇÃO APÓS O FURACÃO KATRINA NOS ESTADOS UNIDOS

A realocação de moradores de áreas de risco apresenta desafios complexos e multifacetados, que vão além da simples movimentação física das pessoas para novos locais. O furacão Katrina, que devastou Nova Orleans em 2005, oferece um estudo de caso que aponta as dificuldades enfrentadas pelas comunidades deslocadas. A obra "Displaced: Life in the Katrina Diaspora", organizada pelos autores Lynn Weber e Lori Peek em 2012, fornece uma rica compilação de histórias e estudos que ilustram as experiências de realocação dos moradores afetados pelo desastre.

Um dos principais desafios de realocação é a perda de redes sociais e comunitárias. Conforme destacado por Weber e Peek (2012), muitas famílias deslocadas pelo furacão Katrina relataram se sentirem isoladas em suas novas comunidades, devido à ausência de amigos, familiares e vizinhos que compunham sua rede de suporte anterior. Esse isolamento social pode agravar problemas de saúde mental e dificultar a adaptação a novas circunstâncias, evidenciando a importância de considerar fatores sociais e emocionais no planejamento de realocações.

Outro desafio significativo é a barreira econômica enfrentada pelos deslocados. Muitas das comunidades afetadas pelo furacão Katrina já viviam em condições de vulnerabilidade econômica antes do desastre. A realocação intensificou essa vulnerabilidade, pois muitas famílias encontraram dificuldades para garantir moradia acessível e emprego estável em novas localidades (Weber e Peek, 2012). As políticas de realocação precisam, portanto, incluir apoio econômico contínuo e programas de desenvolvimento comunitário para facilitar a transição.

A adaptação cultural também é um aspecto crucial que muitas vezes é negligenciado nos processos de realocação. O reassentamento em áreas com culturas diferentes pode causar desajustes culturais, dificultando a integração dos deslocados. Weber e Peek (2012) relatam que algumas comunidades realocadas sentiram-se culturalmente deslocadas em suas novas residências, enfrentando desafios na assimilação de novas práticas sociais e normas culturais. A assistência cultural, como programas de acolhimento e integração, é essencial para mitigar esses impactos.

Ainda de acordo com os autores outro fator a ser analisado refere-se as questões de identidade e pertencimento que também são profundamente afetadas pela realocação. Os moradores deslocados pelo



furacão Katrina, frequentemente, lutavam para reconstruir suas identidades e senso de pertencimento em novas comunidades. A perda de um lar não é apenas física, mas também simbólica, afetando a identidade pessoal e coletiva dos indivíduos. Programas de realocação devem, portanto, incorporar estratégias que ajudem os deslocados a reconstruir seu senso de identidade e pertencimento.

Por fim, a realocação também enfrenta desafios administrativos e logísticos. A coordenação entre diferentes níveis de governo e organizações não governamentais é crucial para o sucesso dos esforços de realocação. Weber e Peek (2012) apontam que a falta de coordenação e a burocracia excessiva muitas vezes atrasaram a provisão de recursos essenciais para as famílias deslocadas pelo furacão Katrina. A implementação de uma gestão eficaz e a simplificação dos processos burocráticos são fundamentais para facilitar a realocação.

3.3 ANÁLISE COMPARATIVA

As enchentes no Acre, assim como o furacão Katrina, resultaram na evacuação de um quantitativo expressivo de pessoas e na necessidade urgente de abrigos temporários e soluções de longo prazo para as comunidades deslocadas. Em ambos os casos, a desorganização inicial e a falta de infraestrutura adequada para acolher os deslocados acentuaram os desafios enfrentados pelas autoridades e pelas populações afetadas. A resposta no Acre, embora em menor escala do que a exigida nos EUA, também destacou a importância de uma abordagem coordenada e integrada, envolvendo a construção de novas habitações seguras e a provisão de suporte social e econômico para facilitar a adaptação das famílias realocadas.

A realocação após o furacão Katrina expôs tanto as fragilidades quanto as oportunidades de melhoria nas políticas de gestão de desastres e habitação de emergência nos Estados Unidos. As lições aprendidas com essa experiência sublinham a importância de uma abordagem integrada e coordenada que inclua planejamento urbano sustentável, participação comunitária, suporte social e psicológico contínuo e políticas de inclusão econômica. A tragédia do Katrina serve como um lembrete da necessidade de estar mais bem preparado para desastres futuros, garantindo que as populações mais vulneráveis recebam o apoio necessário para reconstruir suas vidas com dignidade e segurança.

Comparando as duas situações, fica evidente a necessidade de políticas públicas mais robustas e preparadas para lidar com desastres, garantindo que os deslocados recebam o apoio necessário para reconstruir suas vidas de maneira digna e sustentável.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LONGO PRAZO E MONITORAMENTO

A realocação de moradores de áreas de risco é um processo complexo que requer uma abordagem multifacetada. Conforme discutido por Weber e Peek (2012), abordar os desafios sociais, econômicos, culturais e administrativos é essencial para garantir que os deslocados possam se adaptar e prosperar em



suas novas comunidades. Políticas e programas de realocação eficazes devem considerar todos esses aspectos para proporcionar uma transição mais suave e sustentável para os indivíduos e comunidades afetadas.

Para minimizar os impactos sociais negativos da realocação é essencial desenvolver políticas de longo prazo e mecanismos de monitoramento contínuo. Políticas que abordam a prevenção de riscos, o desenvolvimento urbano sustentável e a provisão de habitação adequada são fundamentais para evitar a necessidade de realocação e melhorar os resultados para as famílias realocadas.

O monitoramento contínuo e a avaliação das condições das famílias realocadas permitem identificar problemas e ajustar políticas conforme necessário. Ferramentas de avaliação participativa, que envolvem as próprias famílias realocadas, são particularmente eficazes para garantir que as necessidades e preocupações sejam atendidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realocação de comunidades em áreas de risco é uma medida necessária para proteger vidas, mas envolve desafios sociais significativos. A ruptura das redes de apoio comunitário, os impactos na saúde mental e o processo de adaptação cultural são questões que precisam ser abordadas com sensibilidade e um olhar de grandes dimensões. A desconexão das redes sociais pode resultar em isolamento e perda de suporte emocional, afetando a resiliência das famílias. Este aspecto é particularmente importante, pois as redes de apoio comunitário fornecem um senso de pertencimento e segurança que é crucial para o bem-estar psicológico das pessoas.

Os impactos na saúde mental das famílias realocadas não podem ser subestimados. A mudança abrupta e forçada para novos ambientes, muitas vezes sem a infraestrutura necessária, pode provocar estresse, ansiedade e depressão. O trauma de perder o lar e enfrentar incertezas sobre o futuro tem efeitos duradouros na saúde mental. Portanto, é essencial que programas de realocação incluam suporte psicológico contínuo e acessível, ajudando as famílias a lidar com o trauma e a construir novas vidas em um ambiente desconhecido.

O processo de adaptação cultural e integração em novas comunidades também apresenta desafios significativos. Famílias realocadas frequentemente enfrentam dificuldades em se ajustar a novos modos de vida, costumes e normas sociais, o que pode aumentar o sentimento de alienação e exclusão. A integração social bem-sucedida exige políticas que promovam a inclusão e o envolvimento ativo das famílias em suas novas comunidades. Programas de acolhimento e integração podem facilitar a adaptação cultural, ajudando as pessoas a estabelecer novas conexões e a sentir-se parte integrante de suas novas comunidades.

Políticas públicas eficazes são fundamentais para garantir que a realocação seja realizada de forma a minimizar os impactos negativos. Isso inclui o desenvolvimento de planos de realocação que envolvam as



comunidades afetadas no processo de tomada de decisão, garantindo que suas necessidades e preocupações sejam consideradas. A participação comunitária é crucial para o sucesso dessas políticas, pois promove a confiança e o engajamento das famílias realocadas.

Além disso, serviços de apoio adequados como habitação de qualidade, acesso aos serviços de saúde, educação, segurança e oportunidades de emprego são essenciais para a reconstrução das vidas das famílias realocadas. A provisão de infraestrutura adequada nas novas áreas de habitação é um componente crítico para evitar a marginalização e o isolamento social. Investimentos em infraestrutura não apenas garantem a segurança física, mas também melhoram a qualidade de vida e facilitam a integração social e econômica das famílias.

Iniciativas comunitárias desempenham um papel vital na criação de um ambiente de acolhimento e suporte. Projetos que incentivam a participação ativa dos realocados em atividades comunitárias, bem como o desenvolvimento de programas que promovam a coesão social, são essenciais para construir comunidades resilientes e integradas. O fortalecimento das novas redes de apoio pode ajudar a mitigar os efeitos da ruptura das redes anteriores, proporcionando um senso renovado de pertencimento e segurança.

Em suma, a realocação de comunidades em áreas de risco deve ser conduzida com uma abordagem holística que aborde os aspectos sociais, psicológicos e culturais da mudança. A implantação e implementação de políticas públicas eficazes, a provisão de serviços de apoio adequados e a promoção de iniciativas comunitárias são essenciais para garantir que as famílias realocadas possam reconstruir suas vidas com dignidade e segurança. Ao integrar esses elementos, podemos criar estratégias de realocação que não apenas protejam vidas, mas também promovam o bem-estar e a inclusão social das populações afetadas.



REFERÊNCIAS

- ACRE (Estado). Governo do Acre. CIDADE DO POVO. TerraUrbanismo. Master Plan, 2012. Disponível em: < http://fne.emsuacasa.com.br/pages/fne/files/Cidade_do_Povo_Acre.pdf>.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In J. Richardson (Ed.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood, 1986.
- BRONFENBRENNER, U. The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.
- BUFFON, F. T. et al. Enchente de 2015 no Rio Acre: Aquisição de dados e Monitoramento. XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (ABRH), Brasília - DF, nov. 2015.
- EVANS, G. W. Child Development and the Physical Environment. Annual Review of Psychology, 57, 423-451, 2006.
- GIDDENS, A. Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- HOFSTEDE, G. Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.
- ITS Brasil. Direito à Moradia, Direito à Terra e Direito à Cidade. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.
- MARMOT, M. The Status Syndrome: How Social Standing Affects Our Health and Longevity. New York: Henry Holt, 2005.
- PUTNAM, R. D. Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster, 2000.
- PUTNAM, R. D. Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century. Scandinavian Political Studies, 30(2), 137-174, 2007.
- RODRIGUES, I.; MELO, Q. Moradores falam de desafios o primeiro ano da Cidade do Povo. G1 AC Rede Amazônica. 22 mai. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/um-ano-depois-seguranca-e-saude-ainda-sao-desafios-na-cidade-do-povo.html>>.
- THOMÉ, J. T. Projeto Psiquiatria para uma vida melhor. Cartilha para intervenção em catástrofes. Associação Brasileira de Psiquiatria, 2004. Disponível em: <<https://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/atencao-basica/saude-mental/desastre-de-origem-natural/2961-cartilha-catastrofes-2009/file>>.
- WEBER, L.; PEEK, L. (Eds.). Displaced: Life in the Katrina Diaspora. University of Texas Press, 2012.